

## AS POLÍTICAS DE CURRÍCULO NO BRASIL: pensando numa nova lógica política

*Rafael Ferreira de Souza Honorato  
Maria Zuleide da Costa Pereira  
Leticia Ramos*

**Resumo:** Objetiva-se uma nova lógica para as políticas de currículo no Brasil em diferentes espaços pedagógicos. Assim, elege-se dois eixos problematizadores de análise: a lógica da diferença e a lógica da equivalência (LACLAU, 1996a, 1996b, 2005, 2006), ambas guiadas pelas categorias da hegemonia, do(s) discurso(s) e dos antagonismos, e que desestabilizam a ideia do poder absoluto (LACLAU; MOUFFE, 2006). Para explicar como se dá esse processo de desestabilização do poder e compreender se há possibilidades de se pensar uma nova lógica no Brasil atual, opta-se por uma metodologia discursiva vinculada à Teoria Social do Discurso de Laclau; Mouffe (2006). Os aportes teóricos pautam-se em autores que usam a categoria poder, a partir das lógicas da diferença e da equivalência como Pinto (2006) e Mouffe (2007), potencializando as teorizações quanto à hipótese de que há um pensamento no campo da política que pode atrelar-se à nova lógica política proposta no campo das ciências sociais que se articula de forma potencial para compreendermos com mais clareza como o campo das políticas de currículo no Brasil do século XXI vem se redirecionando. Os achados investigativos são significativos e potencializadores em razão de ora fixar sentidos e significados e ora se caracterizarem de forma circunstancial e parcializada.

**Palavras-chave:** Políticas de Currículo. Lógica da diferença. Lógica da equivalência.

## CURRICULUM POLICIES IN BRAZIL: thinking about a new political logic

**Abstract:** This article aims to propose a new political logic for curriculum policies in Brazil in the different pedagogical spaces. Thus, two problematizing axes of analysis, the logic of difference and the logic of equivalence of Laclau (1996a, 1996b, 2005, 2006), both guided by the categories of hegemony, discourse (s) and antagonisms, and which destabilize the idea of absolute power (Laclau & Mouffe, 2006). In order to explain how this process of destabilization of power occurs and to understand if it is possible to think a new political logic for curricular policies in Brazil, a discursive methodology linked to the Social Theory of Discourse (TSD) by Laclau & Mouffe (2006). The theoretical contributions are based on authors who analyze curricular policies and others that use the power category, based on the logics of difference and equivalence as Pinto (2010) and Mouffe (2007). The analyzes will be linked to the theoretical references of these authors as much for the potential of their theories as for the hypothesis that there is a thought in the field of politics that can be linked to the new political logic proposed in the field of social sciences that is articulated a potential way for us to understand more clearly how the field of curriculum policies in Brazil in the twenty-first century has been redirecting. It is sought to highlight if the investigative findings are significant and potentiating in order to fix meanings and meanings and sometimes to characterize them in a circumstantial and biased manner.

**Keywords:** Curriculum Policies. Logic of difference. Logic of equivalence..

## **POLÍTICAS CURRICULARES EN BRASIL:** pensando en una nueva lógica política

**Resumen:** El objetivo es una nueva lógica para las políticas curriculares en Brasil en diferentes espacios pedagógicos. Por lo tanto, se eligen dos ejes problemáticos de análisis: la lógica de la diferencia y la lógica de la equivalencia (LACLAU, 1996a, 1996b, 2005, 2006), ambas guiadas por las categorías de hegemonía, discurso (s) y antagonismos y que desestabilizan la idea del poder absoluto (LACLAU; MOUFFE, 2006). Para explicar cómo se lleva a cabo este proceso de desestabilización del poder y comprender si existen posibilidades de pensar sobre una nueva lógica en Brasil hoy, optamos por una metodología discursiva vinculada a la Teoría Social del Discurso de Laclau; Mouffe (2006). Las contribuciones teóricas se basan en autores que utilizan la categoría de poder, en función de la lógica de la diferencia y la equivalencia, como Pinto (2006) y Mouffe (2007), lo que refuerza las teorías sobre la hipótesis de que existe un pensamiento en el campo de la política que se puede vincular a la nueva lógica política propuesta en el campo de las ciencias sociales que articula de una manera potencial para comprender más claramente cómo se ha redirigido el campo de las políticas curriculares en el Brasil del siglo XXI. Los resultados de la investigación son significativos y potenciadores debido al hecho de que a veces fijan significados y a veces se caracterizan de manera circunstancial y parcial.

**Palabras clave:** Políticas curriculares. Lógica de diferencia. Lógica de equivalencia.

## **DEBATES CONTEMPORÂNEOS E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DE POLÍTICAS DE CURRÍCULO: A PASSAGEM DO ÔNTICO PARA O ONTOLÓGICO**

Para Laclau e Mouffe (2006) não foi apenas a virada linguística que trouxe novos ânimos para os estudos e pesquisas que puseram a linguagem no centro dos debates contemporâneos, mas também, as epistemologias que tinham a verdade centrada no ôntico, que tiveram que ceder passagem para o ontológico, achado investigativo pensado a partir de onde esses objetos investigativos se inserem, ou seja, no espaço social. Essa passagem foi e é relevante, pois, permite/ permitiu que as teorias epistemológicas dessem importância ao papel da teoria social e cultural.

Esse momento de passagem do ôntico para o ontológico repercutiu no Brasil com mais intensidade na década de 90, considerando que a teoria social e cultural passaram a ter repercussões significativas no campo das ciências humanas e sociais, em virtude de todo um trabalho que vinha sendo feito em diversos contextos por diferentes autores/as, entre elas/es citamos: Silva (1999), Silva e Moreira (1994), Marisa Vorraber Costa (1998), Veiga-Neto (1995), Apple (1996), entre outros pesquisadores/as do Brasil e demais países da Américas do Sul, Norte, Central e Europa, que organizaram e socializaram a produção tecida nos congressos internacionais. No Brasil, a Universidade do Rio Grande do Sul/URFGS, na década de 90, realizou diversos eventos científicos que redefiniram os estudos e pesquisas do campo das políticas de currículo com ênfase nas teorias pós-estruturalistas. Essa nomenclatura originada da virada linguística há décadas já vinha dinamizando o campo das políticas de currículo na Europa e América do Norte. Percebemos, assim, que as teorias pós-estruturalistas trouxeram contribuições relevantes para a significação e ressignificação do

campo do currículo, inicialmente, com mais intensidade no sul do país, e, posteriormente, foi gradativamente sendo objeto de estudo de outros teóricos para além daquele contexto. Com isso, a diversificação das epistemologias de análises foram se multiplicando e trazendo outros sentidos para o currículo, para além da fixidez do período moderno, que caracterizava de forma mais pontual a tendência racionalista. Com a intenção de ampliar os espaços de debates para além das questões técnicas propõe-se, neste artigo, pensar o campo do currículo como uma política cultural tensionada pelo poder.

Neste mesmo espaço tempo, no campo das ciências sociais, autores/as como Laclau e Mouffe (2006), vinham desde 1985, mais precisamente, na Inglaterra, fazendo estudos e pesquisas interpretativas e revisionistas sobre as categorias hegemonia, antagonismo e discurso, reinterpretando-as na perspectiva de Teoria Social do Discurso, que passou a ser amplamente discutida. A partir dela percebe-se que uma nova lógica política é tecida no campo das ciências sociais e que vem desde algum tempo respingando como sempre acontece no campo das ciências humanas e demais ciências que insistiam em defender ideias fixas e acabadas sobre os fenômenos investigativos. Como esses respingos essa teoria repercutiu de forma potencializada no campo das políticas de currículo no Brasil, de forma mais clarividente a partir do século XXI.

## **O PROCESSO HISTÓRICO ATUAL E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA LÓGICA POLÍTICA: NEXOS ARTICULATÓRIOS COM O CAMPO DAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO NO BRASIL**

Laclau e Mouffe (2006, p. 9-10) propuseram uma perspectiva de análise pós-estrutural, após fazerem um rigoroso revisionismo nos achados epistemológicos da teoria marxista à luz dos problemas contemporâneos e demonstraram que havia sérias implicações que os levaram a contra-argumentar essa teoria como estratégia de análise dos fenômenos investigativos contemporâneos. Ambos enfatizaram a necessidade de repensar categorias centrais dessa epistemologia, a exemplo da hegemonia. Essa reinterpretação teve repercussão positiva e recebeu também inúmeras críticas de pesquisadores/as dos principais centros acadêmicos da Europa e das Américas logo no início.

No entanto, no contexto atual, um número significativo de pesquisadores/as incorpora em pesquisas científicas de campos temáticos diversos, ou seja, para além das ciências sociais, a exemplo do campo da Educação, as teorizações de Laclau e Mouffe (2006). Alguns deles/as teceram críticas a esses autores, em razão, segundo eles, de ainda manterem vínculos fortes com a teoria pós-marxista. Não vimos isso como motivo de resistência, por entendermos que há uma relevante contribuição no avanço da teoria marxista para além de binarismos radicalizados, e, para nós, o percurso histórico para superar posições inflexíveis não possibilita a sua negação enquanto teoria precursora nos estudos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento.

Assim, a opção dos autores pela corrente científica do pós-marxismo parece ser a mais adequada para as suas teorizações, uma vez que eles entendem o pós-marxismo “como um processo de reapropriação de uma tradição intelectual e como de ir mais além dessa última”. Para ir mais além, é importante sinalizar que a teoria marxista não deve ser

considerada tão-somente como resultante da história do marxismo. Muitos antagonismos sociais, muitos problemas que são cruciais para a compreensão das sociedades contemporâneas ultrapassaram a barreira da polarização e já incorporaram em seus estudos científicos fragmentos relevantes do campo discursivo, que são externos ao marxismo, e, que não podem ser reconceptualizados em termos de categorias marxistas, considerando, especialmente, que é a sua presença que põe em questão o marxismo como sistema teórico fechado e conduz a população a novos pontos de partida para a análise social (LACLAU; MOUFFE, 2006, p. 10).

Portanto, nessa nova fase de análises da teoria pós-marxista, as releituras, interpretativas e discursivas de Laclau e Mouffe (2006) ao incorporaram elementos retóricos do campo da linguística, a exemplo, algumas figuras de linguagem (metáfora, metonímia e sinédoque) têm sido indispensáveis para a compreensão do processo de mudança de sentidos e significados dos signos nos contextos contemporâneos. A metáfora, palavra em sentido diferente do próprio por analogia ou semelhança (ex.: esta cantora é um rouxinol). A metonímia, emprego de um termo por outro dada a relação de semelhança ou proximidade entre eles (ex.: o lugar pela coisa – “uma garrafa de Porto”). Já a sinédoque é um caso especial de metonímia, onde se troca a palavra que indica o todo por outra palavra que indica apenas parte dele (ex.: “o rebanho tinha mil cabeças” – a cabeça é a parte que indica o animal todo).

Assim, podemos afirmar que as análises discursivas destes autores buscam novas reinterpretações para uma gama de palavras e situações no campo social e cultural, a começar pela reinterpretação de algumas categorias, em relevo, a hegemonia, que na visão deles, passa por um processo de ressignificação e este processo ainda hoje tem produzido inúmeros debates e posições teóricas bastante tensionadas. Essas tensões giram em torno da nova lógica política, ou seja, lógicas político-sociais vistas como invólucro de um sistema enriquecido de enunciações. Poder-se-ia então afirmar que a lógica política que se busca para as sociedades contemporâneas pode ser vista como um sistema de regras que trazem um horizonte dentro do qual alguns objetos são representados, mas, outros são excluídos. Ainda, ressalto que a lógica política tem algo específico que é importante demonstrar, ou melhor, destacar, as lógicas políticas estão relacionadas com a instituição do social (Tradução livre de Laclau, 2005, p. 150).

Diante dessas novas formas de compreensão do processo histórico de formação discursiva do poder, entendemos que a nova lógica política necessária dos contextos atuais, sem dúvida, reivindica o redirecionamento das discursividades que tecem, organizam e socializam as políticas de um modo geral. Nosso recorte, priorizará as políticas de currículo no Brasil. Para nós, parece indispensável afirmar que essa nova lógica política ao se vincular à instituição do social, torna evidente que esse processo de tessitura das políticas de currículo observa que o espaço onde essa nova lógica política se constrói é no âmbito do espaço social

Nesse contexto, por não haver um filtro arbitrário senão os originados das demandas sociais sejam elas quais forem, por exemplo, políticas educacionais com mais equidade de oportunidades e/ou políticas de currículo diferenciadas, torna-se impossível qualquer troca social. Essas trocas se instituem e são instituídas a partir de duas lógicas: diferença e equivalência, as quais são essenciais para se tecer uma nova lógica política de análise dos fenômenos políticos e sociais nos contextos contemporâneos (Tradução livre, LACLAU, 2005, p. 150).

De posse dessa série de informações e no propósito de identificar como elas se instituem para a produção das trocas sociais, iniciamos um diálogo para compreender como esse processo vem acontecendo nos tempos atuais, no campo das políticas de currículo no Brasil, considerando três grandes questões como ponto de partida do nosso texto:

Como a hegemonia pode se tornar uma categoria de análise significativa para o campo de estudos e pesquisas das Políticas de Currículo nos contextos atuais, considerando a pluralidade de contextos sociais, onde essas políticas se efetivam?

Como os discursos contribuem para a não potencialização de uma concepção unívoca de Políticas de Currículo para além da fixação de modelos pragmáticos uniformes que por muito tempo foi o discurso ou metanarrativa que prevaleceu na sociedade moderna?

Como as políticas de currículo tecidas através das práticas discursivas se articulam e contribuem para a compreensão da hegemonia partindo da compreensão das lógicas diferença e equivalência?

## **AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SOCIAL DO DISCURSO PARA A SIGNIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS DO CURRÍCULO NA CENA EDUCACIONAL BRASILEIRA**

Minha opção metodológica pela teorização do discurso em Laclau e Mouffe (2004), inicialmente, se dá pelo próprio entendimento que os autores dão ao discurso, ou seja, eles saem daquela compreensão restrita a alguns fenômenos linguísticos, com ênfase na análise textual e inovam ao propor um entendimento de discurso para além do essencialismo, ou seja, de um discurso pré-dado para um construído no seu próprio campo social. Como o campo das políticas do currículo do Brasil se constrói ontologicamente?

Por outro lado, friso todo o cuidado que se deve ter, como nos alerta Pinto (2006, p. 80), ao evidenciar preocupação com o relativismo, ao seja, com a ideia de o fato do discurso ressaltar que “a verdade é uma construção discursiva, afirmação que não pode ser confundida com a simplista ideia de que a verdade não existe”.

Pautar-se na Teoria Social do Discurso, de Laclau e Mouffe (2004), que se inserem no campo social, é perceber que há muito tempo as ciências sociais e educacionais dialogam entre si. E, nesse diálogo se faz necessário dar relevância às análises textuais e discursivas dessa pesquisa, e, ao mesmo tempo, perceber que de uma forma bastante diferente daquela de Fairclough (2001), Orlandi (2009), que o discurso para Laclau e Mouffe (2004) “é tudo o que constitui a realidade (coisas, sujeitos, práticas...)”. Essa significação se dá através de um sistema de regras construídas socialmente que lhe dão significado: “todos os objetos são objetos do discurso, porque seu significado depende de um sistema de regras e diferenças significativas construídas socialmente”.

Laclau (2005, p. 92) explica melhor esta compreensão ao assumir que o discurso constitui o terreno primário de constituição da objetividade como tal. O discurso não está

restrito à fala e à escrita, mas sim a um complexo de elementos, nos quais as relações jogam um rol constitutivo. O discurso se constitui e é constituído de elementos que “não são pré-existentes ao complexo relacional, mas se constituem através deles. Portanto, relação e objetividade são sinônimos”.

Laclau (2005) retoma Saussure e afirma acreditar que na linguagem não existem termos positivos, mas somente diferenças - algo é o que é - somente, através de suas relações diferenciais com algo diferente. Isto é certo na linguagem concebida em sentido *stricto*, também é certo para qualquer elemento significativo (objetivo): uma ação é o que é através de suas diferenças com outras ações possíveis e com outros elementos significativos - palavras ou ações - que podem ser sucessivas ou simultâneas.

Assim, para nós, analisar a lógica política das políticas do currículo no Brasil é compreender que os discursos que fixam seus sentidos são produzidos a partir de uma significação do tempo e do lugar onde elas se contextualizam. Portanto, quaisquer outros objetos de análise não são pré-existentes ao processo relacional como tal, eles são constituídos e constituidores dentro desse processo, entre a lógica da equivalência e a lógica da diferença através da palavra (discurso) e ação (discursos ou práticas discursivas).

## **POLÍTICAS DE CURRÍCULO COMO PRÁTICAS ARTICULATÓRIAS: CONTRIBUIÇÕES DE UMA NOVA LÓGICA POLÍTICA PARA A CENA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA**

Analisar as políticas do currículo do Brasil a partir do pensamento de Laclau e Mouffe (2004) é pensar numa lógica política construída a partir de duas grandes categorias: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. A primeira pressupõe que as políticas do currículo se originam do processo de positividade, como evidencia Pinto (2006, p. 99-100), ao tratar com muita propriedade do funcionamento dessas lógicas, ressaltando que a lógica da diferença é a da positividade, uma vez que “os sentidos envolvidos podem se definir sem referência a outro”.

No caso das políticas do currículo afirmamos que elas trazem dentro de si essas duas lógicas. No entanto, não dá para analisá-las de forma cindida, considerando que, a nosso ver, as políticas do currículo não podem ser analisadas sem um referente anterior, ou seja, as políticas educacionais, as quais marcam uma lógica política se constituem de discursos de poder construído no cenário educacional brasileiro. Contudo, quando vinculamos as políticas do currículo à lógica da equivalência pressupomos existir, em primeiro lugar, as diferenças, com o objetivo de dar um norte hegemônico para, posteriormente, incorporar o processo de construção de equivalência entre diferenças construídas.

Pensando assim, as políticas do currículo ao considerar apenas uma das lógicas, diferença ou equivalência, traduzem-se em um instrumento do discurso, a nosso ver, incompleto, elas precisam ir estabelecendo articulações entre si para se constituírem como práticas articulatórias representativas das entidades acadêmico-científicas no Brasil, com a



finalidade de representar essas entidades enquanto totalidade que preexiste em cada política do currículo particularista como ato de significação (LACLAU, 2005, p. 94).

Nesta perspectiva, as lógicas da diferença e da equivalência constroem e reconstroem os sentidos dos discursos dessas políticas do currículo assentadas na hegemonia e no antagonismo. A hegemonia, na visão de Laclau e Mouffe (2004), Laclau (2005), e analisada por Pinto (2006), é constituída através de cadeias equivalenciais, ou seja, quando as reivindicações das entidades acadêmico-científicas se tornarem uma única reivindicação, relacionada à construção social do campo da educação, quando esta luta consegue deslocar o eixo da hegemonia. O antagonismo, na visão de Pinto (2006, p. 103), que se referenda nos autores já citados, pode ser entendido quando a presença de um não deixa que o outro se constitua completamente, por exemplo, no campo das políticas do currículo no Brasil, elas não podem se tornar homogêneas, únicas, universalizantes, completamente, devido à intervenção das políticas do currículo que são vivenciadas nos diferentes contextos.

Em nossos estudos e pesquisas as políticas do currículo, inicialmente pensadas como uma categoria que se faz e refaz como práticas articulatórias discursivas, ou seja, como desdobramentos das políticas educacionais que se fragmentam em diversos campos, um deles, o campo das políticas do currículo que, com sua polissemia de sentidos e significados, de acordo com a Teoria do Discurso perspectivada nos estudos de Laclau e Mouffe (2004), a qual, poderia ser pensada como significantes vazios, ou seja, possuem uma poder mutável, são parcializadas, provisórias, mas, nunca perdem o vínculo com os significantes macros ou universais que as identificam, assim como outros significantes universais como: globalização, emancipação, cultura, solidariedade, liberdade, Políticas do Currículo Nacional.

Como Laclau e Mouffe (2004) afirmaram, os significantes universais são moedas com verso e reverso, isto é, não se separam. Pensando por esse viés teórico, as políticas do currículo, a meu ver, podem ser vistas de um lado como políticas de caráter universalista e de outro como particularistas. No entanto não se separam e devem ser vistas como políticas unívocas, ou seja, são resultantes tanto da parte universalista (políticas hegemônicas) quanto da parte particularista (resultante das singularidades contextuais diversas).

Laclau (1996a) apresenta razões para esse pensar quando afirma que o universalismo é uma idealização inalcançável, mas, tem também, ao seu lado, o particularismo. Nesse sentido, esses fragmentos universais e particularistas vão sempre estar lado a lado, um completando o outro e vice-versa. Se intuirmos que as políticas do currículo são imbricadas, podemos ler “que o político e a política não se separam”, como afirmou Mouffe (2007), tratando da questão do poder. Aquelas concepções que radicalizaram as políticas de currículo como meras estratégias operacionais reguladas pelo Estado foram, sem dúvida, concepções de um tempo e de um lugar. No entanto, quando advogamos que elas se deslocam em sentidos e significados estamos admitindo que, em parte, elas estão sendo revistas, como fazem os autores em pauta ao tratar da hegemonia, não como as ideias predominantes, como poder absoluto que impede a troca de poderes entre as inúmeras demandas sociais que constituem o universo das práticas sociais. Mas, se aceitarmos a ideia que existem pontos nodais, ou articuladores, que vão fixando os sentidos e significados dessas políticas do currículo em cada época e contexto, admitimos haver circularidade de hegemonias (poderes), que propiciam a estas políticas do currículo, nos diferentes contextos, fixações nodais, contingentes, que dependem da lógica política em disputa no cenário educacional como a que estamos vivendo hoje, no campo curricular brasileiro, BNCC (Base Nacional Comum

Curricular) ou currículos praticados que já estão em curso nos diferentes espaços educacionais e sociais (tecidos tendo como referente a legislação educacional e o contexto tempo espaço(lugar) de cada cultura.

Estas articulações dos pontos nodais em favor dessa ou daquela lógica política não acontecem de forma tranquila, aqui entram os antagonismos (conflitos) que se tensionam para fazer suas escolhas. A teorização laclauiana da Teoria do Discurso assume que há em curso um processo de mobilidade originado desse processo de tensões que, para nós, nestas análises sobre as políticas do currículo, surge das diversas mobilizações de associações, entidades, grupos de pesquisa acadêmico-científicas, dos diferentes contextos, onde essas políticas do currículo serão vivenciadas. A articulação dessas entidades em torno dessa ou daquela lógica política promove abertura, pluralidade e provisoriidade de um processo que se concretiza a partir de conflitos e tensões de poderes.

## **RESULTADOS PROVISÓRIOS DAS ANÁLISES: UM PROCESSO PERMANENTE DE INVESTIGAÇÃO**

As pesquisas e estudos referentes às políticas do currículo têm sido mais intensas, desde a década de 90 no Brasil. Uma série de alterações oriundas das instâncias oficiais provocou e está provocando inúmeras inquietações nos profissionais da educação, tanto da educação básica e suas modalidades como da educação superior. Textos que expressam a significação de grandes leis, resoluções, parâmetros curriculares e diretrizes curriculares, conferências e acordos mundiais, surgem a uma velocidade a perder de vista da maioria dos profissionais da educação. Com isso, diante das rotinas pedagógicas cotidianas, eles não têm tempo de refletir/debater/problematizar e propor alterações nesses documentos oficiais normatizadores, a não ser através de suas instâncias representativas, quando a elas se vinculam.

Quanto às políticas educacionais com desdobramentos nas políticas do currículo, particularmente, em estudos que envolvem as propostas curriculares da escola básica, temos observado que os profissionais da educação estão reivindicando mais tempo para compreender a significação dessas políticas veiculadas nos discursos contemporâneos. Isso faz sentido, considerando que as políticas do currículo são importantes mecanismos de aglutinação dos saberes da educação básica e superior, bem como, mecanismo importante de construção do poder, ou seja, dessa nova lógica política que estamos a defender.

Esta afirmativa demonstra o quanto os discursos que as problematizam não têm sido articulados aos contextos múltiplos e distantes das sociedades atuais. Ler a significação dos discursos em análises textuais via documentos oficiais e discursos da classe de docentes do Brasil sobre as políticas do currículo, não tem sido suficiente para promover uma ruptura e abrir espaços para a nova lógica política que defendemos, ou seja, centrada nos eixos da hegemonia e dos antagonismos, a partir das lógicas da diferença e da lógica da equivalência.

Sendo assim, este nosso argumento teórico se potencializa no campo do currículo no Brasil, por defender uma nova lógica política para pensar as políticas curriculares. Esse



argumento pode alterar a lógica política se as políticas do currículo de todo o Brasil, que são por natureza hegemônicas, apropriarem-se, ou melhor, compreenderem que as políticas curriculares se constituem e são constituídas nas suas diferenças e equivalências.

Nesse sentido as vozes da maioria dos profissionais da educação básica e superior e de seus órgãos de classe, ao demonstrar suas reivindicações pontuais nos contextos contemporâneos, querem dizer que o movimento entre a diferença e a equivalência tem implicações com todos os segmentos dos profissionais que atuam na escola. O que esses profissionais da educação querem, sobretudo a classe docente, é lutar em torno de uma proposta curricular que seja alternativa possível para o campo das políticas do currículo no Brasil. Um exemplo é a defesa de uma política curricular nacional que articule pontos nodais que se equivalem na sua diferença visando ao bem-estar de todos que usufruem da escola pública no Brasil, sobretudo, diante de um regime democrático tensionado vivido atualmente, o qual garante que esses órgãos de classe se mobilizem em busca de uma nova lógica política, ou seja, diferenças que somadas às equivalências não produzam a exclusão de quaisquer segmento social que participa da educação pública no Brasil.

Todavia, acreditamos que uma nova lógica política requer momentos contínuos de tensão quando da construção das políticas de currículo, bem como durante seu processo de vivência, uma vez que os discursos construídos e os sentidos fixados na atualidade não são estáveis, mas, advêm de posições tensionadas dos diversos grupos que as constituem.

Por este motivo, continuaremos nossos estudos e pesquisas nesse campo, por termos percebido as impossibilidades de as políticas do currículo terem apenas traços de uma hegemonia inalcançável e de terem incorporado hegemonias outras, oriundas de políticas do currículo particularistas, que se constroem atravessadas por antagonismos resultando em hegemonias contingenciais.

Esta nova lógica política que assumimos, de olhar para as políticas do currículo gestadas nos seus contextos, norteiam nossas lutas político-ideológicas de educação, de escola pública, de políticas educacionais nacionais e de políticas do currículo.

Finalizando, afirmamos que ainda há necessidade de compreender mais densamente essas questões, devido à relevância e necessidade de se fazer mais estudos e pesquisas que elejam como prioridade as políticas do currículo e seus desdobramentos, para que elas sejam lidas não em seus binarismos (regulação ou emancipação), mas em seus múltiplos sentidos e significados, das hegemonias contingenciais construídas a partir da lógica da diferença e da lógica da equivalência que Laclau e Mouffe (2004) propõem em suas teorizações.

As políticas educacionais nacionais são, de um lado, o norte das políticas de currículo, e, de outro, constituem-se discursos construídos a partir dessa nova lógica política que propomos no início do texto, ou seja, a lógica da diferença e a lógica da equivalência que, sem dúvida nenhuma, atualmente, contrapõem-se a um currículo uniforme para todos os contextos, como alguns pesquisadores/as ingênuos pensaram poder se concretizar para além do nível da incomensurabilidade.

As Políticas de Currículo atuais, a nosso ver, já possuem esse embate entre as lógicas e se diferenciam de forma bastante singular, considerando a diversidade de contextos que as constroem. No entanto, sabemos que existem as políticas nacionais norteadoras de todo o processo educacional brasileiro, que sempre vão existir, complementando-as.

É esta a compreensão que tenho do processo de construção das políticas do currículo no Brasil. Às vezes nos sentimos constrangidos quando ouvimos discursos onde se explicitam que as ações da escola A ou B têm currículos controlados. Isso para nós, talvez, seja força de expressão, considerando que as políticas do currículo são um norte e não um fim em si mesmas. Todos os profissionais da educação têm a flexibilidade de reinventá-las, mesmo diante da política do livro didático, que aqui parece ser até impossível de ser concretizada, diante da diversidade de contextos onde inúmeras delas estão construídas e operacionalizadas.

Se, de fato, uma nova lógica política não existisse no presente, talvez, estaríamos a desconsiderar os fluxos contínuos referentes ao político, econômico, social, cultural, religioso, étnico, geracional. Continuaríamos tranquilamente estabelecendo e não construindo políticas para os problemas que são emergentes na sociedade do presente.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. Power, Meaning and Identity: Critical sociology of education in the United States. *British Journal of Sociology of Education*, v. 17, p. 125-144, 1996.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. *In: LANDER, E. (org.). O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

LACLAU, Ernesto. Poder e representação. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, p. 28-87, 07 dez. 1996a. Tradução de Joanildo A. Burity. Disponível em: <<http://biblitecavirtual.clasco.org.ar/ar/livros/Brasil/Cpda/estudos/set/Laclau>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

LACLAU, Ernesto. Emancipación y diferencia. Universalismo, particularismo y la cuestión de la identidad. Buenos Aires: Ariel, 1996b. p. 43-68.

LACLAU, Ernesto. Hegemony and socialist strategy: Hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

LACLAU, Ernesto. La razón populista. 2ª ed., Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LACLAU, Ernesto. La razón populista. 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonía y Estrategia Socialista: Hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

MOUFFE, Chantal. En torno a lo político. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PINTO, Célia Regina Jardim. Elementos para uma análise de Discurso Político. Revista do Departamento de Ciências Humanas, n. 24, 2006. Disponível em:  
<[letrasuspdownload.wordpress.com/.../livro-elementos-de-analise-do-discurso](http://letrasuspdownload.wordpress.com/.../livro-elementos-de-analise-do-discurso)>. Acesso em: 01 abr. 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: *uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio. (org.). Currículo, cultura e sociedade. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994. v. 1.

SOAGE, Ana. La teoría del discurso de la escuela de Essex en su contexto teórico. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. 2006. Disponível em:  
<<http://www.ucm.es/info/circulo.2006>>. Acesso em: 08 maio 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. Michel Foucault e educação: há algo de novo sob o sol? In: VEIGA-NETO, Alfredo José da. (org.). Crítica pós-estruturalista e educação. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 9-56.

*Submetido em outubro de 2019  
Aprovado em março de 2020*

#### **Informações dos(as) autores(as)**

Rafael Ferreira de Souza Honorato  
Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Políticas Educacionais.  
E-mail: [rafaelhono@gmail.com](mailto:rafaelhono@gmail.com)  
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6196-0211>

Maria Zuleide da Costa Pereira  
Professora Titular do Centro de Educação, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Políticas Educacionais.  
E-mail: [mzul@uol.com.br](mailto:mzul@uol.com.br)  
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8980-9302>

Leticia Ramos  
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Políticas Educacionais.  
E-mail: [leticiamosufpb@gmail.com](mailto:leticiamosufpb@gmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3220-6439>